

*vol. 4*

*Coleção*  
DIREITOS & HUMANOS

*Coordenador*  
MAURILIO CASAS MAIA

O *HABITUS* JUDICIAL  
**NAS PRISÕES  
CAUTELARES**

*crítica à luz da teoria social  
de Pierre Bourdieu*

SERGIO ENRIQUE OCHOA  
GUIMARÃES





<b>Belo Horizonte</b> Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG Tel.: 31 3261 2801 CEP 30140-007	<b>São Paulo</b> Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82 Bela Vista – São Paulo, SP CEP 01310-933
--	---

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2021, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2021, Sergio Enrique Ochoa Guimarães.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

<i>Editor Chefe</i>	Plácido Arraes
<i>Editor</i>	Tales Leon de Marco
<i>Produtora Editorial</i>	Bárbara Rodrigues
<i>Capa, projeto gráfico</i>	Nathália Torres [Imagem por M Shiva via Unsplash]
<i>Diagramação</i>	Bárbara Rodrigues

#### Catálogo na Publicação (CIP)

Guimarães, Sergio Enrique Ochoa  
G963 O habitus judicial nas prisões cautelares : crítica à luz da teoria social  
de Pierre Bourdieu / Sergio Enrique Ochoa Guimarães ; coordenador da coleção  
Maurilio Casas Maia. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.  
276 p. - (Direitos & humanos; v. 4)

ISBN 978-65-5589-328-1

1. Direito. 2. Direitos humanos. 3. Bourdieu, Pierre, 1930-2002. I. Maia, Maurilio Casas.  
II. Título. III. Série.

CDDir: 323.4

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUP  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



---

## Sumário

<b>Prefácio</b> .....	<b>15</b>
<i>por Izaura Rodrigues Nascimento</i>	
<b>Apresentação</b> .....	<b>19</b>
<i>por Marcelo Semer</i>	
<b>Introdução</b> .....	<b>25</b>
<b>1. Pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa</b> .....	<b>33</b>
1.1. A teoria social de Pierre Bourdieu.....	35
1.1.1. A teoria dos capitais.....	36
1.1.2. Habitus e estilo de vida.....	39
1.1.3. Lutas de classificação e a dominação.....	41
1.1.4. Reprodução social e legitimação.....	43
1.1.5. Violência simbólica, sistemas simbólicos e poder simbólico.....	44
1.1.6. A teoria dos campos.....	48
1.1.7. ● campo jurídico.....	49
1.2. Considerações sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa.....	51
<b>2. Prisões cautelares e realidade carcerária no Brasil e no Amazonas</b> .....	<b>59</b>

2.1. Prisões cautelares.....	59
2.1.1. Medidas cautelares de natureza pessoal.....	60
2.1.2. Espécies de prisões cautelares.....	62
2.1.2.1. Prisão em flagrante.....	63
2.1.2.2. Prisão temporária.....	65
2.1.2.3. Prisão preventiva.....	65
2.1.3. Princípios reitores das prisões cautelares.....	67
2.1.3.1. Princípio da presunção de inocência.....	67
2.1.3.2. Princípio da excepcionalidade.....	69
2.1.3.3. Princípio da proporcionalidade.....	70
2.1.3.4. Princípio da provisoriedade.....	70
2.1.3.5. Princípio da jurisdicionalidade.....	71
2.1.4. Pressupostos da prisão preventiva.....	72
2.1.4.1. Prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.....	75
2.1.4.2. Garantia da ordem pública.....	76
2.1.4.3. Garantia da ordem econômica.....	84
2.1.4.4. Conveniência da instrução criminal.....	85
2.1.4.5. Garantia de aplicação da lei penal.....	86
2.1.4.6. Descumprimento de medidas cautela- res diversas da prisão.....	87
2.2. Realidade carcerária no Brasil e no Amazonas: um diagnóstico preliminar.....	88
2.2.1. Perfil da população carcerária brasileira.....	88
2.2.2. Perfil da população carcerária amazonense.....	91
2.2.3. Situação do sistema prisional amazonense.....	91
2.2.3.1. Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa (CPDRVP).....	93
2.2.3.2. Instituto Penal Antônio Trindade (IPAT).....	95
2.2.3.3. Centro de Detenção Provisória (CDP).....	96

2.2.3.4. Unidade Prisional do Puraquequara (UPP).....	97
2.2.4. Causas do uso excessivo da prisão provisória.....	98
2.2.4.1. Desenho legal das políticas criminais.....	99
2.2.4.2. Deficiências estruturais dos sistemas de administração da justiça.....	100
2.2.4.3. Ameaças à independência judicial.....	101
<b>3. Cultura jurídica e composição sociocultural da magistratura brasileira.....</b>	<b>103</b>
3.1. Direito, cultura jurídica e magistratura no Brasil.....	103
3.1.1. Antecedentes históricos da cultura jurídica moderna.....	105
3.1.2. Cultura jurídica no Brasil colonial.....	112
3.1.3. Administração da justiça e magistratura no Brasil colonial.....	116
3.1.4. Liberalismo e cultura jurídica no Brasil imperial: o bacharelismo liberal.....	121
3.1.5. Administração da justiça e magistratura no Brasil imperial.....	125
3.1.6. Positivismo e cultura jurídica na República.....	129
3.2. Perfil sociodemográfico dos magistrados.....	133
<b>4. Análise das entrevistas.....</b>	<b>143</b>
4.1. Os magistrados.....	143
4.1.1. Juiz A.....	146
4.1.2. Juíza B.....	149
4.1.3. Juiz C.....	153
4.1.4. Juiz D.....	155
4.1.5. Juíza E.....	158
<b>5. Discussão.....</b>	<b>163</b>

5.1. Critérios de decretação da prisão na prática judicial: a construção de um habitus.....	163
5.1.1. Antecedentes criminais.....	164
5.1.2. Gravidade do delito.....	168
5.1.3. Quantidade de droga apreendida.....	172
5.1.4. Profissão lícita e residência fixa.....	175
5.1.5. Garantia da ordem pública.....	180
5.2. Arbitrário cultural e a imposição de uma “cultura legítima”.....	186
5.2.1. Vulnerabilidade social e defesa da coletividade.....	186
5.2.2. Centralidade da proteção jurídica ao patrimônio e à família “tradicional”.....	196
5.3. Prisão e legitimação social da magistratura.....	208
5.3.1. Mídia, opinião pública e punição.....	210
5.3.2. Combate à criminalidade e o “caráter pedagógico” da prisão preventiva.....	217
5.3.3. Punitivismo e controle social.....	223
5.4. Encarceramento em massa e a (des)responsabilização do Poder Judiciário.....	231
<b>Conclusão.....</b>	<b>243</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>251</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>259</b>